Planejamento Estratégico do CNJ – 2021/2026

Relatório de Acompanhamento da Estratégia

Secretaria de Estratégia e Projetos

Departamento de Gestão Estratégica

Presidente: Ministro Luiz Edson Fachin

Coorregedor Nacional de Justiça: Ministro Mauro Campbell Marques

Conselheiros: Jaceguara Dantas da Silva

Alexandre Teixeira

Fabio Francisco Esteves

Guilherme Guimarães Feliciano

Silvio Amorim Junior

João Paulo Schoucair

Marcello Terto

Ulisses Rabaneda

Daiane Nogueira de Lira

Rodrigo Badaró

Secretária-Geral: Clara da Mota Santos Pimenta Alves

Secretário de Estratégica e Projetos: Paulo Marcos de Farias

Diretor-Geral: Bruno César de Oliveira Lopes

Secretaria de Estratégia e Projetos

Secretário: Paulo Marcos de Farias

Departamento de Gestão Estratégica

Diretora: Fabiana Andrade Gomes e Silva

Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ: Adilson Medeiros da Silva

Chefe da Seção de Planejamento Institucional: Neuma Christina Lopes Nunes

Servidora da Seção de Planejamento Institucional: Valéria Sousa de Freitas

Abril 2026
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

Relatório de Acompanhamento da Estratégia

Este relatório tem por finalidade apresentar análise dos resultados dos indicadores de desempenho, metas e projetos institucionais das unidades do CNJ atualizados até **28 de fevereiro de 2026.**

Os resultados individualizados e detalhados dos indicadores, projetos e objetivos estratégicos estão disponíveis no painel de acompanhamento da estratégia, acessíveis pelos links:

1) Intranet: https://www.cnj.jus.br/intranet/areas_institucionais/areas-institucionais/planejamento-gestao-estrategica/planejamento-estrategico-2021-2026/

2) Portal: https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/planejamento-estrategico-do-cnj-2021-2026/

Neste documento, além da análise dos resultados, somente serão apresentadas as notas relevantes para possibilitar melhor entendimento acerca dos indicadores e dos projetos institucionais.

Sumário

Análise do desempenho da estratégia do CNJ 4
1. Método de apuração dos resultados 4
2. Resultados dos Objetivos Estratégicos 6
3. Resultado consolidado dos Indicadores de Desempenho 7
4. Resultado consolidado dos Projetos Institucionais 8
5. Considerações sobre os resultados 9
ANEXO I 12
Informações adicionais sobre os indicadores 12
ANEXO II 15
Relação entre Objetivos Estratégicos e Projetos Institucionais 15

Análise do desempenho da estratégia do CNJ

A sistemática de acompanhamento da Estratégia prevê que, além das RAEs (Reuniões de Análise da Estratégia) realizadas quadrimestralmente, serão realizadas medições bimestrais para acompanhamento dos resultados.

1. Método de apuração dos resultados

a. Faróis dos objetivos (método de apuração)

Critérios de desempenho dos objetivos estratégicos		
Pontuação de indicadores e projetos	**Média dos pontos**	
	Resultado	**Cor**
3 pontos	2,51 a 3,00	
3 pontos (só para projetos)		
2 pontos	1,51 a 2,50	
1 ponto	0 a 1,50	
0 ponto	Não mensurado	
Não contabiliza (só para indicadores)	Fora de medição	

b. Faróis dos indicadores (método de apuração)

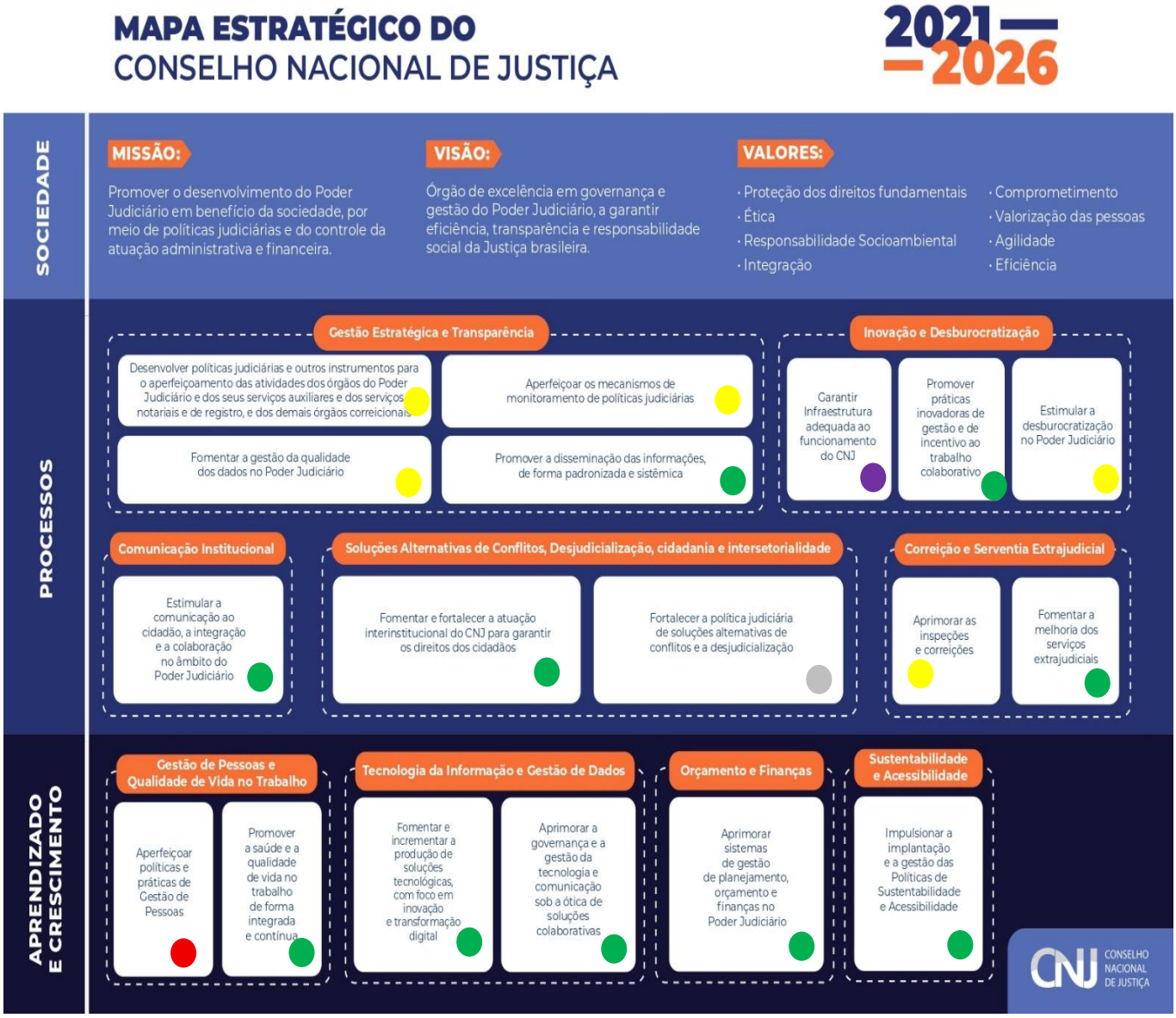
Critérios de desempenho dos indicadores	
	Maior ou igual a 90% de alcance da meta
	Maior ou igual a 60% e menor que 90%
	Menor que 60% de alcance da meta
	Fora do período de mensuração
	Não mensurado

c. Faróis dos projetos institucionais (método de apuração)

Essa metodologia foi alterada em 2024 pelo Escritório Corporativo de Projetos Institucionais-ECP e adotado no Planejamento Estratégico Institucional para manter a compatibilidade entre as duas áreas.

Critérios de desempenho dos projetos institucionais	
	Concluído
	Desempenho (realizado/expectativa) maior ou igual a 95%
	Desempenho (realizado/expectativa) maior ou igual a 85% e menor que 95%
	Desempenho (realizado/expectativa) menor que 85% ou data de término anterior à data de avaliação

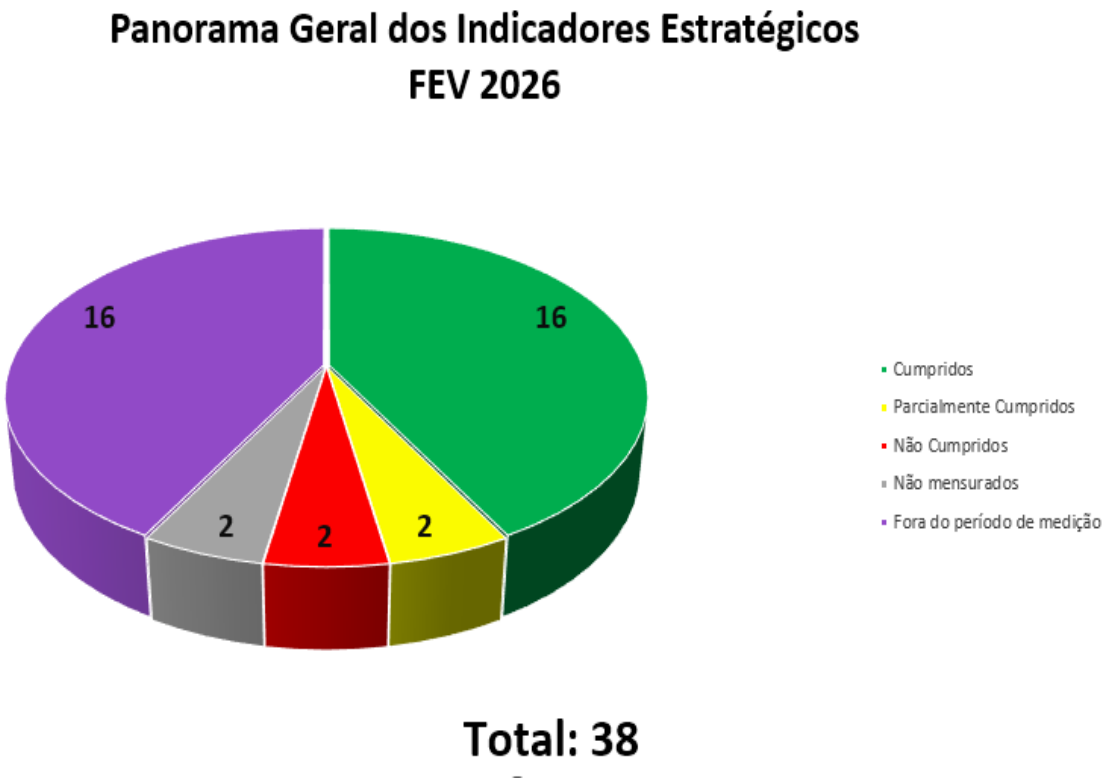
2. Resultados dos Objetivos Estratégicos



Legenda:

●	Atingido
●	Parcialmente Atingido
●	Não atingido
●	Fora do período de mensuração
●	Não mensurado

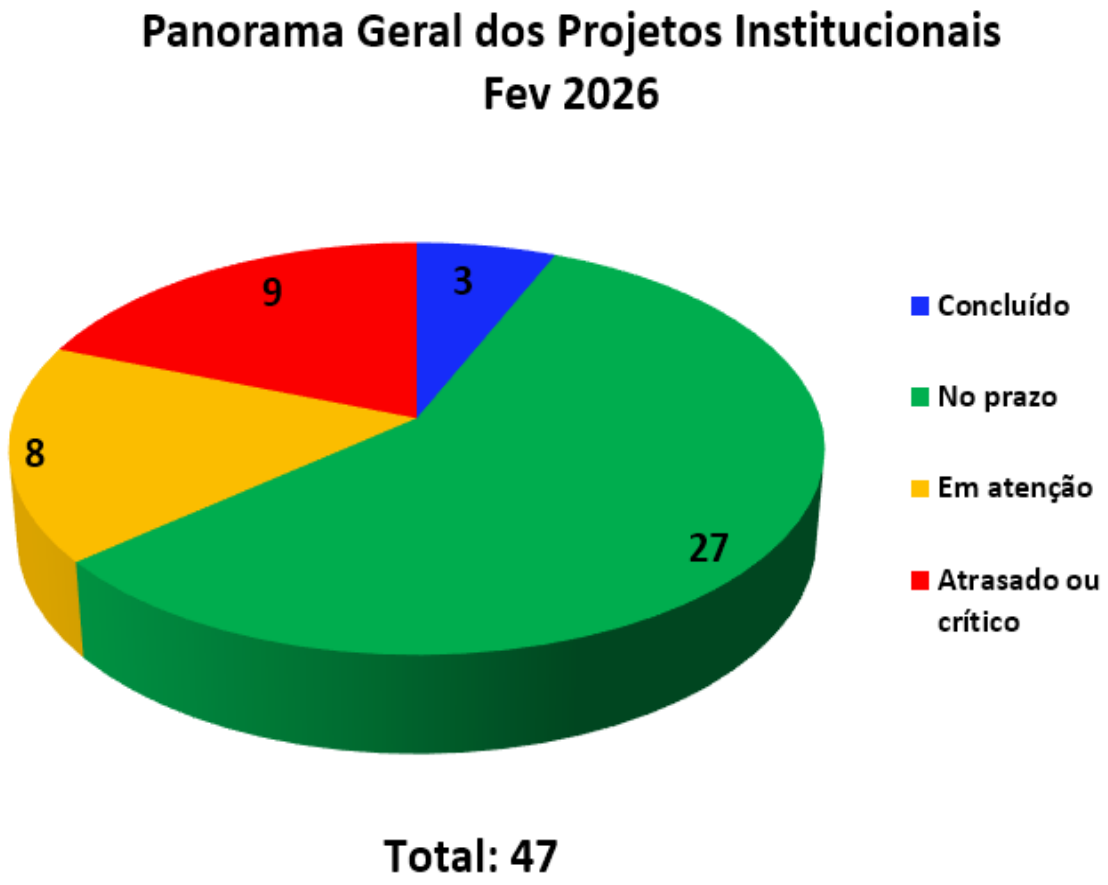
3. Resultado consolidado dos Indicadores de Desempenho



Dos 38, 16 (42,1%) estão cumpridos, 2 (5,3%) estão parcialmente cumpridos, 2 (5,3%) estão não cumpridos, 16 (42,1%) estão fora do período de medição e 2 (5,3%) não foi mensurado.

.

4. Resultado consolidado dos Projetos Institucionais



Dos 47 projetos institucionais, 3 (6,4%) estão concluídos, 27 (57,4%) estão no prazo, 8 (17%) estão em atenção e 9 (19,1%) estão atrasados ou críticos.

5. Considerações sobre os resultados

5.1 Dos objetivos Estratégicos e indicadores

Dos 18 objetivos estratégicos constantes no plano, 10 estão com indicativo de desempenho atingido, 5 parcialmente atingidos, 1 não atingidos, 1 não foi mensurado e 1 fora do período de medição.

Os objetivos estratégicos são desdobrados em indicadores de desempenho e em projetos institucionais e essa relação é apresentada no painel da estratégia constante no link: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=e1fe48d9-702b-4214-ae1c-a87529c8effc&sheet=f8ff5792-99ee-4608-9eb9-cc3e3e409d9e&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel.

Alguns indicadores ainda não foram mensurados por estarem fora do período de medição. São eles:

1. Indicador 1: Índice de Cumprimento das Metas Nacionais;
2. Indicador 5: Índice de monitoramento de políticas judiciárias nacionais programáticas;
3. Indicador 6: Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais programáticas;
4. Indicador 16: Índice de satisfação dos usuários de TIC;
5. Indicador 17: Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD;
6. Indicador 19: Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ;
7. Indicador 20: Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração;
8. Indicador 22: Índice de evolução da maturidade dos processos de auditoria;
9. Indicador 23: Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria e consultoria;
10. Indicador 24: Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria;
11. Indicador 25: Índice de satisfação dos resultados das ações coordenadas de auditoria;
12. Indicador 27: Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável;
13. Indicador 30: Índice de Satisfação com a Comunicação Interna;
14. Indicador 33: Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ;
15. Indicador 34: Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ;
16. Indicador 38: Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ.

Dois indicadores estão com desempenho com status de não cumpridos:

1. Indicador 31: Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas;
2. Indicador 32: Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais.

Em 2025, a ENAJU informou que houve alteração na forma de contabilização dos resultados e que a aparente redução no indicador não representa diminuição real das ações de desenvolvimento realizadas, mas sim uma transição para um modelo de contabilização mais preciso e alinhado às melhores práticas de gestão de capacitação. Como o processo

de ajuste ainda não foi terminado, ficou acertado entre a Seção de Planejamento Institucional e a unidade que em abril as metas seriam ajustadas.

Nesta medição referente ao mês de fevereiro, alguns indicadores que deveriam ter sido mensurados não foram avaliados devido a eventualidades ocorridas nas unidades:

1. Indicador 35: Avaliação das capacitações realizadas;
2. Indicador 40: Índice de implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Adequadas de Conflitos.

A Secretaria de Gestão de Pessoas-SGP informou que não foi possível apurar os Indicadores 33, 34 e 35, porquanto estão relacionados à capacitação de pessoal, e o controle dessas ações é realizado pelo sistema Banco de Talentos, que se encontra em processo de atualização técnica, em razão da alteração legislativa referente ao Adicional de Qualificação dos servidores do Poder Judiciário da União, promovida pela Lei n. 15.292/2025 e regulamentada pela Portaria Conjunta n. 1/2026.

O indicador 40 não foi mensurado porque a Comissão de Solução Adequadas de Conflitos ainda não está com a composição estabelecida.

No ano de 2026, até o mês de fevereiro, os seguintes indicadores foram alterados:

- **Indicador 03** - Índice de execução do planejamento anual da DAGI, que teve sua exclusão do planejamento estratégico;

- **Indicador 07 -** Indicador de nível de consistência médio dos tribunais no painel de qualificação do DataJud do DPJ, que teve ajuste na meta para 2026:

    a) Meta: 90% da base saneada.

- **Indicador 28 -** Índice de promoção e repercussão das ações de comunicação social com a sociedade, que passou a ser denominado Índice de Comunicação Institucional passando a medir a execução do plano anual de trabalho da área de comunicação.

- **Indicador 38 -** Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ

    a) Medição: Anual

Dos projetos institucionais

Os projetos institucionais são monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos Institucionais-ECP que fornece as informações de evolução para o monitoramento da estratégia. É importante ressaltar que o quantitativo de projetos registrados pelo ECP não será necessariamente o mesmo apresentado pelas seguintes razões:

i. Para o acompanhamento do desempenho da estratégia só são considerados os projetos que efetivamente tenham resultados apurados;
ii. Pode haver projetos que compõem indicadores e, nesse caso, eles são apurados dentro do indicador para evitar dupla contagem;
iii. O ECP atualiza seus números sempre que um novo projeto é cadastrado e o planejamento não adota esta prática e só registra no momento da medição.

ANEXO I
Informações adicionais sobre os indicadores

Neste item, são apresentadas informações relevantes para acompanhamento e entendimento de alguns indicadores que não são disponibilizadas no painel da estratégia.

a) **Indicador 4:** Índice de realização de pesquisas

Unidade responsável: Departamento de Pesquisas Judiciárias

	Planejamento de relatórios de pesquisas e painéis para 2026
1	Pesquisa Litigância contra o Poder Público - USP
2	Pesquisa qualitativa sobre percepções das partes envolvidas nas audiências de instrução no sistema judiciário brasileiro - UTFPR
3	População em Situação de Rua egressa do Sistema Prisional - PUC SP
4	Ações coletivas no Brasil: Processamento, julgamento e execução - ABJ
5	Resposta do Poder Judiciário aos crimes florestais no Brasil - UNODC
6	Relatório sobre Feminicídios e Medidas Protetivas de Urgência - Interna
7	2ª Pesquisa sobre percepção e avaliação do Poder Judiciário Brasileiro - Interna
8	Relatório Justiça em Números 2026 - Interna
9	10º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário - Interna
10	Painel dos Bancos - Sisbajud - Interno
11	Painel do Crime Organizado - Mapa das Organizações Criminosas - Interno
12	Parâmetros de equidade e diversidade por genero e raça

b) **Indicador 10:** Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário

Unidade responsável: Departamento de Pesquisas Judiciárias

Pesquisas a serem publicadas em 2026
2ª Pesquisa sobre percepção e avaliação do Poder Judiciário Brasileiro - Interna
Relatório Justiça em Números 2026 - Interna
10º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário - Interna

c) **Indicador 11:** Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correições

Unidade responsável: Corregedoria Nacional de Justiça

	Etapas previstas para 2026
1	Sistema de automatização das informações visando otimizar o processo de coleta, análise dos dados e resultados de uma inspeção.
1.1	Levantamento de Requisitos e Planejamento; Desenvolvimento e Integração Tecnológica; Testes, ajustes e Implementação
2	Atualizar a Portaria que trata do manual de Correição e Inspeção
2.2	Análise e Revisão de Conteúdo; Validação e aprovação; treinamento, comunicação e implementação

d) **Indicador 13:** Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais

Unidade responsável: Corregedoria Nacional de Justiça

Etapas previstas para 2026
Acordos e Instrumentos de Cooperação Técnica
Edição de Normativos
Fortalecimento e Aprimoramento dos Serviços Extrajudiciais
Modernização Tecnológica e Infraestrutura Nacional de Registros

e) **Indicador 14:** Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania

Unidade responsável: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas

Etapas previstas para 2026
Realização de 4 reuniões das Câmaras Temáticas do Pena Justa
Realização de 4 encontros nacionais junto aos CPPs
Realização de 4 reuniões com Sistema de Justiça
Realização de 4 reuniões do Comitê Nacional de Política Penais
Realização de 4 reuniões com demais Atores Nacionais do Pena Justa

Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento do Pena Justa
Entrega do 2º e 3º Relatórios de Monitoramento do Pena Justa

f) **Indicador 26:** Índice de melhorias implementadas em processos prioritários.

Unidade Responsável: Departamento de Gestão Estratégica

Ações previstas para 2026

Nº	Ações/Etapas
1	**Macroprocesso: Acompanhar e fiscalizar o Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas**
1.1	Analisar, mapear e propor melhorias para os processos de trabalho do DMF
2	**Macroprocesso: Gerir Políticas Judiciárias**
2.1	Revisar a IN/99
2.2	Proposta de criação de uma IN de governança de PJNP
2.3	Capacitação para o Sistema de Governança de PJNP
2.4	Criação de modelo de plano de ação de PJNP
2.5	Revisão estrutural do sistema de governança de PJNP para atender às alterações/criação de normativos
2.6	Revisão do guia de gestão de PJNP
2.7	Realizar capacitação em Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas (PJNP)
3	**Macroprocesso: Promover ações de modernização e infraestrutura do PJ**
3.1	Analisar, mapear e promover melhorias nos processos da Secretaria-Geral
3.2	Analisar, mapear e promover melhorias nos processos da Secretaria de Estratégia e Projetos
3.3	Revisar o mapeamento dos processos da Dagi
3.4	Analisar e propor melhorias no processo de concessão de diárias e passagens
4	**Macroprocesso: Promover ações de cidadania**
4.1	Mapear o processo de Inventário no contexto da sustentabilidade
4.2	Estruturar diretrizes para que a análise dos sistemas institucionais estejam em conformidade com normas de acessibilidade dig
4.3	Estabelecer diretrizes para organização de ciclo contínuo de formação em acessibilidade
4.4	Incorporar a acessibilidade como parâmetro nos processos de governança
5	**Macroprocesso: Promover estudos e diagnósticos do PJ**
5.1	Otimização do processamento do DataJud.

ANEXO II
Relação entre Objetivos Estratégicos e Projetos Institucionais

Neste anexo são listados os Projetos Institucionais e os objetivos estratégicos a que estão relacionados na medição corrente, observadas as ressalvas já feitas no item 5.2 do relatório. Informações mais detalhadas podem ser acessadas no painel da estratégica.

I - Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, e dos demais órgãos correicionais
Painel dos Grandes Litigantes
Portal de serviços
Mapa Nacional do Crime Organizado
2º edital da 7ª edição da Série Justiça e pesquisa - exercício 2024/2025
Painel Crime Organizado
Mapa Nacional do Tribunal do Júri
Desenvolvimento do módulo de Sessão de Julgamento (PDPJ-Br)
Programa Nacional de Promoção da Equidade Racial do Poder Judiciário
II - Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias
Painel "Justiça Criminal e Sistema Prisional"
Sirenejud 2.0 – Evoluções
Integra - Serviço de Monitoramento do Atos Normativos do CNJ
III - Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário
Painel de Estatística - Justiça 4.0
Qualificação de Dados
Painel do Programa Desjudicializa
Data Lake - Melhorias Evolutivas e Corretivas
Painel da Fazenda Nacional
Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal (cursos, capacitações, metodologias e ferramentas avançados) – Ciclo Avançado
V - Aprimorar as inspeções e correições
Desenvolvimento de um Conjunto de Soluções em Gestão de Dados para a Corregedoria Nacional de Justiça
VII - Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos
Prevjud - Automação de Processos Previdenciários - Justiça 4.0

SisPreq – Sistema de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
SISPERJUD
BNMP – Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões – Melhorias Evolutivas
FONAR - Formulário Nacional de Avaliação de Risco e Formulário Rogéria
21 dias de ativismos pelo fim da violência contra mulher - edição 2025
Fonajus itinerante
Enfrentamento da tortura
Articulação Internacional e Proteção dos Direitos Humanos
Plano Nacional De Fomento ao Esporte e Lazer (sistema penal)
Programa Novos Caminhos
IX - Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital
SNGB – Melhorias Evolutivas
Serviços Estruturantes - Melhorias evolutivas e corretivas
Domicílio Judicial Eletrônico - melhorias evolutivas
CODEX - Melhorias Evolutivas e Corretivas
API de pessoas
Gestão de clientes
e-NatJus 4.0
Mineração de processos do PJE
Conecta
Apoio a implantação de soluções da PDPJ-Br
X - Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas
Phase-out:Transição projetos x operação
XII - Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo
Projeto Piloto – Rede de Apoio para Avaliação Externa, com base no IA-CM
XIII - Estimular a desburocratização no Poder Judiciário
Gabinete do Juízo
BNP – Pangea
Fluxo Nacional Automatizado das Execuções Fiscais
Sniper BC
XIV - Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade
Programa de Acessibilidade e Inclusão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
XVI - Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas
Escola Virtual do Poder Judiciário